

Ata da trigésima Reunião da Câmara Técnica de Economia e Inovação-CTEI

1
2 Às dez horas e 15 minutos do dia dois de maio de dois mil e dezenove (02/05/2019) deu-se início no INDI – Rua Bernardo Guimarães, 1587 – 6ª andar – Lourdes, Belo Horizonte
3 a **trigésima reunião ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI)**
4 do Comitê Interfederativo (CIF) que visa à recuperação, mitigação, remediação e
5 reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG.
6 A reunião interna iniciou com abertura do Sr. Henrique Tavares/INDI informando sobre
7 a mudança de diretoria do INDI e da coordenação da CT-EI que passará para Sr. Carlos
8 Romualdo/BDMG a partir de junho de 2019. Posteriormente, houve uma rodada de
9 apresentações dos participantes, por videoconferência estavam presentes o Sr. Antônio
10 Emílio representante da prefeitura de Rio Doce. **36ª reunião do CIF**, Henrique
11 Tavares/INDI informou que na última reunião do CIF foi levantada a possibilidade de
12 alteração da periodicidade das reuniões do CIF e esclareceu que foi contra essa decisão
13 devido à dificuldade dos prazos de entrega de documentos para a pauta. Ele informou que
14 foi apresentado no CIF o primeiro relatório da qualidade da água com conclusões bem
15 polêmicas e relatou a preocupação de todos quanto a comunicação com as pessoas que
16 precisam da água para o dia a dia. Ele informou que na reunião aberta do CIF este assunto
17 levou a uma ampla discussão sobre onexo-causal. **Confirmação dos membros da**
18 **CTEI**, Henrique Tavares/INDI reforçou a necessidade de os membros oficiais enviarem
19 os ofícios com a confirmação da participação na CT-EI e considerou que em algum
20 momento a falta de oficialização poderá impactar a participação na CT. **Ressarcimento**
21 **gastos extraordinários municipais**, Henrique Tavares/INDI informou que este tema não
22 foi abrangido na pauta do CIF e esclareceu que valor pago aos municípios até 12/04/2019
23 foi de R\$ 34.373.439,51 que é equivalente a 63% do total e que 31 municípios foram
24 atendidos até 12/04/2019, o que é equivalente a 77% do total. Ele apresentou a listagem
25 dos municípios que receberam ressarcimento e dos municípios que aguardam
26 ressarcimento e esclareceu que houve ampla discussão com alguns municípios do Espírito
27 Santo que alegam que devido aos problemas relacionados à água, o valor deveria ser
28 maior. Por isso, este assunto será pautado pela CT-EI no CIF de maio. Ele reforçou sobre
29 a necessidade da CT-EI se atentar ao cumprimento da deliberação que estipula o prazo
30 para a Renova em ressarcir os municípios com a correção do IPCA a partir de dezembro
31 de 2016, para posteriormente levar o assunto novamente ao CIF. Neste contexto, André
32 Cintra/Ramboll reforçou que houve descumprimento por parte da Fundação Renova em
33 relação ao prazo e a falta de correção do IPCA e que a CT-EI deveria fazer uma Nota
34 Técnica se posicionando sobre essas questões. **Calendário CTEI/CIF 2019**, após
35 discussão sobre as datas das reuniões da Câmara Técnica, ficou definido que a cada duas
36 reuniões da CT-EI em Belo Horizonte acontecerá uma em Vitória, no entanto a de junho
37 será em Belo Horizonte devido à apresentação da nova coordenação da CT-EI.
38 **Apresentação do Plano de Ação construído junto a comunidades pesqueiras**,
39 Alejandro Prado/SEAG-ES informou que em 2018 a secretaria com apoio das
40 comunidades pesqueiras e prefeitura fizeram diagnósticos participativos e depois a
41 elaboração de um plano de ação para ser apresentado ao Governo do Espírito Santo.
42 Posteriormente, ele fez breve descrição dos principais pontos levantados pelas
43 comunidades, durante a apresentação houve questionamento sobre como os pescadores
44 tiveram acesso à uma série de artifícios (nota fiscal, crédito) sem possuir o RGP. Em
45 resposta, ele esclareceu que esse plano de ação é de 2018, ou seja, de uma época em que
46 o RGP não estava suspenso. Ele esclareceu também que os pescadores que não possuíam
47 RGP, estavam solicitando ajuda aos pescadores de fato (com RGP). Neste contexto,
48 Renato Silva/MAPA sugeriu que o plano de ação seja separado de acordo com os direitos
49

50 que cada pescador possui. Mirna Corrêa/MAPA considerou que é necessário levantar a
51 quantidade de pescadores separados por cada classificação, de forma que não haja a
52 possibilidade de fraude. Neste contexto, Alejandro Prado/SEAG-ES informou que é de
53 conhecimento de todos as comunidades pesqueiras que são idôneas. Após apresentação,
54 Lucas/FAPEMIG questionou sobre a entrega do diagnóstico da ANVISA sobre a
55 qualidade do pescado e em resposta Alejandro/Ramboll informou que ele será entregue
56 em breve e que entende a dificuldade da ANVISA em liberar um parecer com
57 informações tão importantes. André Cintra/Ramboll considerou a apresentação é
58 pertinente ao TAC-Gov e se mostrou preocupado com três pontos, sendo: as
59 responsabilidades do Governo de Estado em relação a ações precedentes para que os
60 cronogramas sejam casados, a responsabilidade da CT-EI em relação ao Programa da
61 Pesca em solicitar a revisão programática do programa com caráter de urgência e também
62 a contaminação dos peixes, o que afeta diretamente a saúde da população. Ele informou
63 que na última reunião do CIF, a CT-SHQA apresentou via PMQQS a contaminação de
64 arsênio em todos os pontos ao longo do rio e por isso o representante do GTA declarou
65 que para a pesca, o rio não serve e que os outros componentes químicos necessitam de
66 maior avaliação. Os valores de arsênio foram encontrados acima dos parâmetros
67 aceitáveis e a simples presença desse componente inviabilizaria a utilização do rio para
68 pesca e por isso alguns órgãos do Estado de Minas Gerais iniciaram a discussão para
69 proibição da pesca. Neste sentido, André Cintra/Ramboll considerou que as atividades da
70 CT-EI que vão se desdobrar no incentivo a pesca, precisariam aguardar essa definição
71 sobre o consumo do pescado. Ainda neste contexto, Henrique Tavares/INDI reforçou que
72 o Programa de Retomada da Pesca não poderá ser aprovado sem se saber a qualidade do
73 pescado e que a comunidade continua pescando na região mesmo sem essa definição.
74 Mirna Corrêa/MAPA reforçou a necessidade em se levar em conta o TAC, em qualquer
75 discussão. Camilla Nogueira/SETADES informou que existem diversos programas do
76 TTAC com grandes empecilhos, justamente ligados a condição da água, do pescado, do
77 solo e considerou que o grande desafio é pensar ações que podem ser feitas independente
78 dos resultados de contaminação. **Estrutura e indicativos sobre a relatoria do PG 20 –**
79 **contratação local**, Emanuel Marra/SEDESE fez breve contextualização sobre a
80 apresentação e detalhou brevemente os documentos que orientam o PG-20.
81 Posteriormente, ele apresentou algumas metas e resultados exibidos pela Fundação
82 Renova na 31ª Reunião Ordinária da CT-EI sobre indicadores de mão de obra indiretas e
83 relatou as seguintes considerações a respeito: “Apuração da meta: mensal ou anual (média
84 simples)? Falta detalhamento por município (NT 19), inclui Mariana ou exclui Mariana
85 no computo geral dos municípios a partir de outubro? Conferência documental:
86 conformidade à luz dos conceitos de fornecedores e de mão de obra? Informações sobre
87 contratação diretas truncadas. Falta informações sobre o perfil do trabalhado(a)r
88 contratado: sexo, idade, escolaridade, raça, pcd e falta informação sobre massa salarial
89 gerada”. Ele apresentou também a tabela de cursos por cidade em 2018, apontando as
90 seguintes considerações: “Quantidade de vagas menor que a quantidade de matrículas,
91 falta informações sobre a absorção dos egressos no mercado de trabalho, falta
92 informações técnico pedagógicas sobre planejamento, montagem e execução dos cursos,
93 e falta informações sobre o perfil do trabalhado(a)r: sexo, idade, escolaridade, raça, pcd”.
94 Ele sugeriu que seja feita uma articulação com a Economia Solidária no âmbito dos
95 fornecedores locais, uma articulação das ações para públicos específicos no âmbito da
96 contratação local, a priorização/focalização de ações para públicos específicos e
97 articulação com o Programa de Proteção Social da CTOS – Projeto de Enfrentamento da
98 Pobreza. Neste contexto, André Cintra/Ramboll informou que em relação apuração da
99 meta, ela sendo anual alguns meses podem não ser atendidos, mas no cálculo da média

100 daria certo, desta forma, ele considera que a meta deveria ser mensal. Em relação ao
101 detalhamento por município, ele considerou que é necessário analisar mais o conflito
102 social do que a manutenção da renda em si. Em relação a excluir ou incluir Mariana no
103 indicador das metas, ele considerou que aumentar para 70% sem uma boa justificativa,
104 pode gerar grandes questionamentos, mas retirar Mariana da contagem do indicador faria
105 diferença. Sobre a conferência documental, ele informou que também existe uma
106 dificuldade por parte da Ramboll e considerou que se uma pessoa mudou para um
107 município atingido após o acidente e foi contratada pela Renova, ela não deveria ser
108 incluída em “contratação local”. Sobre a contratação direta, ele informou que a Fundação
109 Renova declarou que essa meta não foi alcançada pois o nível da qualificação de mão de
110 obra que é necessária é mais específico e por isso ela é trazida de outras localidades. Neste
111 contexto, Caetano Cordeiro/ Pref. de Barra Longa informou que a comunidade sente que
112 está sendo deixada de lado, quando percebem que a mão de obra para as manutenções do
113 município está sendo buscada em outro local e que ao questionar a Fundação Renova
114 sobre os números de contratação local, não existem retornou ou resposta. Julio
115 Vasconcelos/Pref. Mariana considerou que a meta deve ser mensal e reforçou que em
116 Mariana existem profissionais com uma larga experiência, porém a Fundação Renova não
117 a contrata pela falta de assinaturas em carteira de trabalho. **Retomada das Atividades**
118 **Agropecuárias – Deliberação CIF 263**, Pedro Carvalho/SEAG-ES informou que na 29ª
119 Reunião Ordinária da CT-EI foi aprovada a definição do Programa de Retomada das
120 Atividades Agropecuárias com itens condicionantes que davam prazo de 30 dias para a
121 Fundação Renova iniciar as ações previstas no programa. Ele informou que a Renova
122 respondeu no prazo, com um relatório descrevendo as ações realizadas, sem nenhuma
123 novidade e que foi dado também o prazo de 90 dias para apresentar nova versão da
124 definição com mais clareza. Ele reforçou que o GT-Agropec acontecerá mensalmente um
125 dia antes ou depois da CT-EI e solicitou que o convite para o GT seja enviado junto com
126 a convocação das reuniões ordinárias. Mirna Corrêa/MAPA solicitou que os líderes do
127 programa estejam presentes nessas reuniões. Pedro Carvalho/SEAG-ES reforçou a
128 necessidade em realizar as reuniões da CT-EI em mesa redonda e solicitou que as atas
129 sejam enviadas ao IBAMA com mais agilidade. Mirna Corrêa/MAPA solicitou que todos
130 os membros façam a revisão da ata antes da consolidação e aprovação da mesma e sugeriu
131 que os encaminhamentos sejam numerados. As 14 horas e 25 minutos iniciou-se a reunião
132 aberta. **Esclarecimentos sobre todas as ações realizadas dentro do programa de**
133 **Agropecuária e sobre o relatório de Andamento das Ações do Programa de**
134 **Retomada das Atividades Agropecuárias (março 2019)**, Gabriel
135 Kruschewsky/Fundação Renova fez breve contextualização sobre o programa e
136 apresentou as ações realizadas e em andamento entre Fundão e a UHE Risoleta Neves,
137 sendo: Zoneamento Ambiental Produtivo, Indicador de Sustentabilidade em
138 Agroecossistemas e Planos de Adequação Socioeconômico e Ambiental, recuperação e
139 Fomento à Produção Sustentável, Assistência Técnica e Extensão Rural e Reparação e
140 Adequação de Infraestruturas Rurais. Após questionamentos sobre a representatividade
141 do que foi plantado ao analisar o valor de 67,46 já executado, ele informou que este valor
142 representa 6% do total a ser plantado. Após questionamentos sobre a meta definida e o
143 prazo, ele informou que o prazo para conclusão do plantio no rejeito é para março de 2020
144 e para o plantio fora do rejeito é março de 2021 e reforçou que todos os prazos estão
145 presentes na definição do programa. Mirna Corrêa/MAPA apresentou o histórico de
146 cobranças de solicitações em relação a atualização de números do PG-17 e solicitou que
147 o relatório seja apenas do PG 17, apresentando referência quando houver interação em
148 outros programas. Carlos Cenachi/Fundação Renova afirmou que é preciso melhorar a
149 forma de acompanhar os programas e esclareceu que o GAT está trabalhando para

150 padronização no formato desses relatórios para que haja clareza e atenda todas as
151 expectativas. Pedro Carvalho/SEAG-ES solicitou que sejam apresentadas no relatório as
152 ações atuais e solicitou que o relatório separe as ações de Minas e do Espírito Santo e que
153 as informações sejam claras e sucintas. Ele reforçou que os assuntos sobre a PG-27 serão
154 discutidos a fundo durante o GT-Agropec, visto que as reuniões ordinárias são divididas
155 em diversos temas. Após ampla discussão, ficou esclarecido que a CT-EI não aprovou o
156 Estudo de Irrigação apresentado pela Fundação Renova na 26ª Reunião Ordinária da CT-
157 EI e que houve somente uma apresentação para esclarecimentos do estudo. Neste
158 contexto, André Cintra/Ramboll sugeriu que na próxima reunião da CT-EI e no próximo
159 GT-Agropec seja incluído um item de pauta sobre o estudo de irrigação e considerou que
160 este estudo é de interface da CT-EI e CT-GRSA, porém ele foi aprovado somente pela
161 CT-GRSA segundo Ricardo Ruiz, ex-coordenador da CT-EI. Continuando, Gabriel
162 Kruschewsky/Fundação Renova apresentou também as ações realizadas e em andamento
163 entre UHE Risoleta Neves até a Foz do rio Doce, sendo: Diagnósticos realizados por
164 município, manifestações no sistema de gestão de stakeholders (acumulado 2018/2018),
165 análise de rotina de solo e demais atendimentos realizados. Mirna Corrêa/MAPA voltou
166 a reforçar a necessidade em detalhar e apresentar melhor as informações. André
167 Cintra/Ramboll informou que existe uma dificuldade de enxergar onde alguns números
168 apresentados no item “Renova rebanho” entram no projeto do programa e sua
169 representatividade, ele esclareceu que essas informações seriam muito relevantes. Lucia
170 Araujo/FAPES questionou por que foram apresentados somente quatro municípios do
171 Espírito Santo no diagnóstico, em resposta Gabriel Kruschewsky/Fundação Renova
172 informou que as ações serão melhor estruturadas a partir da criação dos 3 lotes de Ater
173 na região e esclareceu que o diagnóstico foi pontual na solicitação do produtor. Em
174 relação ao item “Demais atendimentos realizados”, André Cintra/Ramboll questionou se
175 as visitas realizadas aos produtores geram desdobramentos e considerou que esse tipo de
176 percentual é importante para demonstrar o nível de atuação da Fundação Renova. Após
177 questionamentos, Maria Starling/EY esclareceu que o PG-10 tem no total em torno de
178 1.400 estruturas para serem recuperadas e que do PASEA são aproximadamente 950
179 estruturas, contabilizando PG-17 e PG-10, sendo que aproximadamente 400 dessas
180 estruturas são do PG-10 impactadas diretamente e as outras são novas estruturas e
181 reformas de estruturas já existentes que não foram atingidas. Maria Starling/EY explicou
182 que ao citar 1.400, ao abrir a base do diagnóstico do PG-10 percebe-se esse valor e
183 esclareceu que a definição do PASEA do que é ou não do PG-10 tem sido discutido na
184 CT-Infra e que existe a dúvida do que é responsabilidade da CT-Infra ou CT-EI. Neste
185 contexto, André Cintra/Ramboll sugeriu que a discussão que está sob responsabilidade
186 da CT-Infra seja trazida a CT-EI e GT-Agropec para discussão e validação e
187 posteriormente, quando houver nova coordenação, esse assunto seja novamente levado
188 para a CT-Infra com o posicionamento da CT-EI. André Cintra/Ramboll considerou que
189 até o momento nenhum PASEA foi feita a devolutiva ao produtor rural, neste sentido, ele
190 considerou que entrar na propriedade sem a devolutiva e solicitar assinatura do termo de
191 anuência para intervenção do PASEA sem essa entrega, discussão e validação dele gera
192 estranheza, visto o risco de atraso e o risco da necessidade de retrabalho para definição
193 do PASEA e também o risco do desentendimento na hora da implementação da ação. Ele
194 alertou que com o passar de tanto tempo para a devolutiva, torna os produtores mais
195 resistentes as mudanças propostas pela Fundação Renova. Gabriel
196 Kruschewsky/Fundação Renova informou que foram feitas devolutivas pontuais devido
197 ao PIM, sem assinatura do termo de anuência. Flávia Ramos/Ramboll informou que a
198 perspectiva era de se iniciar as devolutivas em maio e em relação aos 6% de plantio é fora
199 do rejeito cujo o prazo é até março de 2021, ela afirmou que teoricamente a Renova tem

200 6 meses para executar essa ação, sendo de setembro até março e questionou qual é a
201 perspectiva de retorno para os produtores uma vez que tem o maio a setembro para
202 informa-los sobre as intervenções. Ela informou sobre as dificuldades de plantio dentro
203 da área atingida e questionou o que a Fundação Renova está considerando como
204 efetividade a partir de março de 2020, o plantio ou o sucesso. Gabriel
205 Kruschewsky/Fundação Renova informou que está sendo considerado como efetividade
206 o plantio, visto que algumas áreas serão plantadas somente em fevereiro de 2030, não
207 podendo garantir o sucesso. Henrique Tavares/INDI finalizou informando que o PG-17
208 será discutido nas próximas reuniões e reforçou que no mês de maio será feita a
209 comunicação da mudança de coordenação. Paulo Rocha/Fundação Renova questionou
210 como ficou a organização da CT-EI para analisar as definições dos programas
211 protocolados e em relação a Proposta de Desenvolvimento de Fornecedores, ele informou
212 que a rodada de contratações foi feita e que estão aguardando somente uma deliberação
213 para emitir o pedido de compras. Em resposta, Henrique Tavares/INDI informou que
214 devido as mudanças de coordenação, algumas coisas foram paralisadas e que será
215 necessário resgatar alguns assuntos e realizar novas divisões a partir da próxima reunião
216 ordinária da CT-EI e considerou que será necessária reunião de alinhamento para resgatar
217 algumas pendências da CT-EI.

218

219 **Participaram da reunião os seguintes representantes:**

220 Julio Cesar Vasconcelos (Prefeitura de Mariana)

221 Mirna Lúcia Correa (MAPA)

222 Lucas Dias Alves e Silva (FAPEMIG)

223 José Alejandro Prado (SEAG)

224 Camilla dos Santos Nogueira (SETADES)

225 Pedro Luis Pereira Teixeira de Carvalho (SEAG-ES)

226 André Luiz Cintra Leal (Ramboll/MPF)

227 Emanuel Camilo de Oliveira Marra (SEDESE)

228 Henrique Tavares (INDI)

229 Flávia Cunha (EY)

230 Paulo Rocha (Fundação Renova)

231 Lucia Aparecida de Queiroz Araujo (FAPES)

232 Caetano de Mello Etrusco Carneiro (Prefeitura de Barra Longa)

233 Renato Silva Cardoso (MAPA)

234 Flávio Toledo Ramos (Ramboll/MPF)

235 André Lopes Santos (Ramboll/MPF)

236 Gabriel Kruschewsky (Fundação Renova)

237 Carlos Cenachi (Fundação Renova)

238 Vitor Hermeto Coutinho Campos (Fundação Renova)

239 Camila A. S. Camilo (Fundação Renova)